

## EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE: RELATO DE EXPERIÊNCIA PELA PERSPECTIVA DA FARMÁCIA

Maria Luísa Brodt Lemes, Larissa Daitx Raupp e Marielli Costa de Souza  
Estela Schiavini Wazenkeski  
Residência Multiprofissional em Saúde Comunitária da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA)



### INTRODUÇÃO

No que confere a Lei nº 8.080/1990, no Art. 6º, entre as ações incluídas no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS) está a ordenação da formação de recursos humanos (Brasil, 1990). Ainda, em 2004, instituiu-se a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS), com o objetivo de fortalecer o SUS e proporcionar um conhecimento significativo aos trabalhadores. Sendo assim, define-se a Educação Permanente em Saúde (EPS), como a aprendizagem realizada no trabalho, onde o aprender e o ensinar se incorporam à rotina do serviço de saúde (Brasil, 2018). Portanto, é essencial conhecer o modo como os profissionais utilizam esta estratégia na melhoria dos processos de trabalho, bem como para a reorientação do modelo de atenção proporcionando uma atenção integral, pautada nos princípios do SUS (Santos e Coutinho, 2014).

### OBJETIVO

Relatar a experiência vivenciada pelo núcleo de farmácia durante a elaboração das Educações Permanentes em Saúde no primeiro ano da Residência Multiprofissional em Saúde Comunitária (RMSC) da Universidade Luterana do Brasil - ULBRA.

### METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo de análise situacional, que decorreu de um relato das Educações Permanentes em Saúde realizadas pelas farmacêuticas, no ano de 2019, em uma Estratégia da Saúde da Família no Município de Esteio, Rio Grande do Sul.

### RELATO DE EXPERIÊNCIA

- A realização de EPS com a equipe da ESF foi uma das propostas definidas na disciplina de Visita Domiciliar e permitiu a interação entre os núcleos da Enfermagem, Farmácia e Odontologia.
- Primeiro, apresentou-se para a equipe a proposta da disciplina e solicitou-se assuntos pertinentes ao cotidiano do trabalho. Após, junto da coordenação, escolheu-se os temas de maior relevância.
- Realizou-se as atividades através de dois encontros, onde elaborou-se propostas educativas de problematização das temáticas selecionadas. O espaço de aprendizagem utilizado foi o momento destinado à reunião de equipe, para que houvesse a participação de todos os profissionais.



No primeiro encontro, abordou-se sobre as **Atribuições dos Agentes Comunitários de Saúde** e a **Ética Profissional**, relacionou-se com esta temática a dinâmica do “telefone sem fio”, com o objetivo de ilustrar a repercussão dos ruídos de comunicação têm sobre o resultado final do processo comunicativo.



No segundo encontro, falou-se sobre **Primeiros Socorros na APS** e **Situações de Violência**. Como dinâmica usou-se o contexto de um jogo de futebol. Durante a discussão das situações que poderiam ocorrer na rotina do trabalho os profissionais deveriam levantar um “cartão vermelho” quando pensassem que a conduta estivesse errada e o “cartão verde” se estivesse correta.



### CONCLUSÃO

- Constatou-se que a escolha de metodologias ativas gera o envolvimento de todos os profissionais e proporciona a troca de saberes, a reflexão das práticas de serviço e, conseqüentemente, uma interação da equipe para a melhoria do processo de trabalho.
- A RMSC proporciona a qualificação profissional através de uma atuação crítica no cenário atual da saúde. Entre os aprendizados obtidos destaca-se a troca de conhecimentos proporcionada pela multiprofissionalidade.
- O SUS é considerado um dos maiores campos de trabalho no âmbito da saúde, logo, a residência deve ser reconhecida como uma potencialidade para a formação de profissionais.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Lei Orgânica da Saúde. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, 1990.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. Política Nacional de Educação Permanente em Saúde: o que se tem produzido para o seu fortalecimento?/Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, Departamento de Gestão da Educação na Saúde – 1. ed. rev. – Brasília : Ministério da Saúde, 2018. 73 p

SANTOS, A. R; COUTINHO, M. L. Educação permanente em saúde: construções de enfermeiros da estratégia saúde da família. Revista Baiana Saúde Pública, v. 38, p. 708-24, 2014.